

## O COMÉRCIO DE IMPRESSOS NA CAPITANIA DE SÃO PAULO (1797-1802): UMA ESTRATÉGIA CIVILIZADORA E EDUCATIVA<sup>i</sup>

Ivana Veraldo  
Universidade Estadual de Maringá

**RESUMO:** A correspondência estabelecida entre o governador da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de M. C. e Mendonça, de 1797 a 1802, e o ministro D. Rodrigo S. Coutinho é reveladora da política colonial portuguesa. As medidas e instruções pragmáticas chegavam à capitania acompanhadas de impressos que faziam parte da política colonial, adotada pelo Estado Ilustrado português no final do século XVIII, que visava civilizar costumes, inovar técnicas produtivas, fomentar e diversificar a produção agrícola da colônia, ampliando a sua capacidade de fornecer matéria-prima para a intentada industrialização e o fomento do comércio português que enfrentava uma ampla e generalizada crise na época. Vários foram os obstáculos enfrentados no comércio de impressos, determinando o seu fracasso como estratégia civilizadora.

*Palavras-Chave:* Comércio, Impressos, São Paulo, Civilização, Obstáculos.

### THE PRINTED MATTER COMMERCE IN THE SÃO PAULO CAPTAINCY (1797-1802): AN EDUCATIVE AND CIVILIZING STRATEGY

**ABSTRACT:** The correspondence established between the Mayor of the São Paulo Captaincy, Antônio Manuel de M. C. e Mendonça from 1797 to 1802 and the Minister D. Rodrigo S. Coutinho reveals the Portuguese colonial politics. The measures and pragmatic instructions arrived the Captaincy followed by printed matter which were part of the colonial politics, adopted by the Illustrated Portuguese State in the end of the XVIII century, which aimed civilize customs, innovate productive techniques, foment and diversify agricultural production of the colony, broadening its ability to provide raw matter to the intended industrialisation and foment of the Portuguese commerce which was facing an ample and generalized crisis in that period. It had been faced several obstacles in the printed matter commerce, determining its failure as a civilizing strategy.

*Key-words:* commerce, printed matter, São Paulo, civilization, obstacles.

A correspondência estabelecida entre o governador da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de M. C. e Mendonça, de 1797 a 1802, e o ministro D. Rodrigo S. Coutinho é reveladora da política colonial portuguesa. As medidas e instruções pragmáticas chegavam à capitania acompanhadas de impressos que faziam parte da política colonial, adotada pelo Estado Ilustrado português no final do século XVIII, que visava civilizar costumes, inovar técnicas produtivas, fomentar e diversificar a produção agrícola da colônia, ampliando a sua capacidade de fornecer matéria-prima para a intentada industrialização e o fomento do comércio português que enfrentava uma ampla e generalizada crise na época.

A reforma do estatuto da Universidade de Coimbra e a criação de Academia de Ciências de Lisboa tinham como meta modernizar e inserir Portugal na ciência moderna, mas era necessário criar também meios de divulgar esses conhecimentos. Por isso, foi estimulada a criação de Jardins Botânicos, de Museus de História Natural, de outras Academias e Sociedades Científicas e de Tipografias. Para articular essas reformas, o Estado patrocinou

estudos e publicações de Memórias de cunho prático, principalmente a partir de 1770, voltados, sobretudo, às Ciências Naturais e à agricultura em geral. A criação da Casa Literária do Arco do Cego, ou *Oficina Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego*, inaugurada no tempo do Ministro Coutinho, no início do reinado de D. João VI, tinha em vista fazer publicar e divulgar essas Memórias.

É nesse contexto que a colônia brasileira adquire importância crucial no projeto reformista. Ocorre um endurecimento da política mercantilista da metrópole que intensifica a exploração do Brasil como produtor e fornecedor de matéria-prima. A Coroa planejou modernizar e diversificar a agricultura e civilizar os costumes como meio de animar o comércio e fazer prosperar a combalida nação.

Na capitania de São Paulo, durante o governo de Mendonça (1797 a 1802), esse intento se cristalizou, principalmente, através do comércio de impressos.

Excluindo aqueles dos quais o governador registra apenas o título ou o assunto, sem mencionar a quantidade ou o valor da venda, estima-se que cerca de dois mil setecentos e cinquenta e dois (2.752) impressos tenham sido enviados, de 1797 a 1802, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos de Portugal para serem negociados na capitania de São Paulo, a preços nada módicos, completando o total de um milhão e trezentos e dez mil réis e cem tostões (1:310\$100)<sup>1</sup>.

O quadro seguinte apresenta, na primeira coluna, os títulos dos impressos enviados para a capitania de São Paulo, divididos por assunto; na segunda coluna estão indicadas as quantidades de exemplares enviados; na terceira coluna, aparecem os preços pelos quais deveriam ser vendidos e, na quarta, anoto a quantia dos que ainda não tinham sido comercializados – os que estavam *em ser*. Essas últimas informações foram retiradas da Conta corrente, atualizada por Mendonça em abril de 1802<sup>2</sup>.

#### QUADRO Nº 1 ENVIO DOS IMPRESSOS

TÍTULO DO IMPRESSO	ENVIO	PREÇOS	EM SER
<b>BOTÂNICA</b>			
Cultura e Opulencia do Brazil	32	\$960	28
Fazendeiro do Brazil	270	1\$200 a 1\$600	259
Livro sobre o açúcar	60	\$010	
Arvores Assucareiras	25	\$240	23
Assucares do Rio	24	\$600	35
Considerações Candidas s/ a natureza do assucar	10	1\$000	38
Caderninhos sobre o tabaco	12		
Cultura do tabaco por Smtih	50		
Cultura do tabaco nos Estados Unidos	50		
Cultura do tabaco na Virgínia	50		
Cultura do tabaco por Boston	50		
Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação	10		
Memorias s/ a cultura dos Algodoeiros por Arruda	70	\$600	17
Cultura das batatas	125	\$320	95
Instruções sobre a cultura das batatas		\$320	21
Cultura Americana	48	1\$600 a 1\$800	38
Historias d' America	35	\$600	62
Memória s/ loureiro Cinnamono – Caneleira de	45		

Ceylão			
Memória sobre a Canella de Gôa	100	\$120	45
Cultura do Cravo Girofre	80	\$120	51
Pipireira Negra	50		
Cultura do canamo por Marcandier	100	\$320	
Coleções de Memórias Inglesas sobre a cultura do Linho Canamo	50	\$320	108
Cultura do canhamo por Dachamel	100	\$050	
Cultura do canhamo pela Sociedade de Putim	100	\$320	
Cultura das Urumbebas	105	\$120	50
Memória sobre a reforma dos alambiques	Alguns		
Memória sobre o método Economico de transporte de agoardente	Alguns		
Discurso sobre o melhoramento da economia... arado	25	Grátis	
Edícios ruraes	6	3\$600	4
Instrução sobre a combustão de vegetais	25		
Plantas e árvores que podem servir para fabricar papel	Alguns		
Artes de fazer Colla	40	\$400	55
Musgos	4	1\$000	2
Sopa de Donford	6	\$100	3
<b>MINERALOGIA E QUÍMICA</b>			
Mineralogias de Bergman – jogos	16	2\$400	
Mineralogias de Bergman – volume avulso	36	1\$440	26
Cartas sobre a Nitreira Artificial do Manso	50	\$060	66
Alcalis fixos	27	1\$600	20
Ditos illuminados	10	2\$000	9
Escrito sobre fazer salitre nas Fábricas de tabaco da Virgínia	Alguns		
Memória sobre o salitre – D’Urtubie	Alguns		
Memorias sobre a pratica de fazer Salitre	Alguns		9
Extrato sobre o método de preparar a potassa	100		
Extrato do método de fazer Nitrato de Potassa	50		
Impresso sobre o modo de conhecer as terras onde há salitre	Alguns		
<b>ANIMAIS</b>			
Caderninho sobre cochonilha	1		
Método de preparar a cochonilha	Alguns		
Impresso sobre a manufatura da cochonilha	Alguns		
Helmintologia Portugeza com Estampas pretas	9	1\$200	9
Helmintologia Portugeza com Estampas iluminadas	3	1\$920	
Tratado das Abelhas	7	\$960 a 1\$000	4
Memórias sobre os Queijos de Roquefort	125	\$100	25
Folhetos sobre o modo de se fazer as taboletas de caldo	Alguns		
<b>MEDICINA</b>			
Livro sobre modo de curar e preservar da peste	Alguns		
Exposição de um novo remédio curativo e preservativo da peste	Alguns		
Pequena obra sobre doenças dos exércitos	Alguns		

Metodos de prevenir a peste	25	\$060	21
Hystorias dos Principaes Lazaretos d'Europa	12	\$400	10
Descrição da quinaquina	Alguns		
Estampa e descrição da quina	Alguns		
Quinografia Portuguesa c/ estampa preta	47	\$800	31
Quinografia Portuguesa c/estampa iluminada	18	1\$200	
Discrigoens da Quina do Brazil	25	\$200	20
<b>HISTÓRIA</b>			
Relaçoes de Tripoli	28	\$080	23
<b>MATEMÁTICA</b>			
Carnot sobre cálculo	4	\$300	
Abade Maria sobre matemáticas	6	1\$700	
<b>ENGENHARIA E ARQUITETURA</b>			
Sciencias das Sombras	36	\$960	31
Obra sobre a Arquitetura naval	Alguns		
Canaes de Fulton	9	4\$000	5
Fabri sobre torrentes dos rios	6	1\$700	
<b>ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO</b>			
Curso de Estudos para uso do Comercio	10	1\$200	
Pensoens Vitalicias	10	1\$200	5
<b>RELIGIÃO</b>			
Cathecismos da Doutrina	50	\$480	36
Canticos Heroicos	28	\$480	17
Respostas do Vieira	25	\$060	22
D <sup>os</sup> dos Jardins	12	\$600	8
Elegias de Cardozo	6	\$120	5
<b>MISCELÂNEA</b>			
Paladios Portuguezes	10	\$600	8
Lichenes	3	1\$600	
Jogos da tradução da Obra de Mr. La Grange	3	1\$200	
Propostas para uma nova subscrição	6	\$120	
Pasigrafia	3	\$480	1
Tabacologias	25	\$400	20
Telegrafos	12	\$320	9

Os impressos enviados sobre assuntos relacionados à Botânica voltavam-se essencialmente para a agricultura. Discorriam sobre gêneros já cultivados na capitania (cana-de-açúcar, algodão, arroz, mandioca, café, milho, tabaco, e feijão); transmitiam conhecimentos sobre os gêneros que a Coroa portuguesa tentava introduzir em São Paulo (batata, canela, cravo da índia, pimenta, Linho Cânhamo etc) e veiculavam saberes relacionados à introdução de novas técnicas (uso do arado, por exemplo), manufaturas ou construções ligadas à agricultura. Coutinho recomendava promover a agricultura em geral, especialmente a produção de artigos de primeira necessidade, quer para a subsistência dos moradores, quer para serem exportados. Com a intenção de animar a extração de minérios, Coutinho, ao mesmo tempo em que emitia ordens para que se fizessem levantamentos e explorações mineralógicas, remetia para a capitania de São Paulo vários impressos que tratavam de mineralogia e de química. Além disso, entre os impressos que abordavam temas relacionados ao reino animal, identificam-se também alguns sobre técnicas ou manufaturas realizadas a partir de produtos derivados desses animais, como aqueles que incentivavam a

fabricação das *taboletas de caldo* (de carne de vaca ou carneiro), visando à promoção da indústria dos habitantes da capitania. Para combater as pestes que refreavam o espírito colonizador e colocavam empecilhos à política de desenvolvimento da agricultura, Coutinho remeteu à capitania vários impressos sobre pestes e modo de curá-las.

Note-se que uma exigência para cumprir boa parte das ordens e instruções que Coutinho transmitia à Mendonça era que existissem pessoas que soubessem desenhar. O objetivo era analisar, identificar e descrever toda a fauna, flora e riqueza mineral brasileira para um melhor e maior aproveitamento da agricultura, da pecuária e da exploração mineral. Além disso, a arte de desenhar era extremamente importante em duas outras esferas de atividades: nas militares e nas construções de pontes, estradas e *edifícios*, embarcações etc. Isso explica a entrada de vários impressos que tentavam difundir técnicas de desenho ligadas à Engenharia e Arquitetura. Na mesma direção, a construção de embarcações parece também ter sido de grande interesse, uma vez que nelas poderiam ser transportadas mercadorias e pessoas, contribuindo para o fomento do comércio, para a expansão das fronteiras e para o povoamento. Paralelamente, estimulavam-se leituras de livros que versavam sobre os rios, suas condições de navegação, a construção de bombas para levar água terreno acima, pontes sobre os rios etc.

Enfim, dos impressos que foram enviados para a capitania de São Paulo, numericamente avultam aqueles que visavam disseminar técnicas produtivas inovadoras, intensificar e diversificar a produção agrícola, difundir conhecimentos que permitissem um maior controle do cultivo dos gêneros agrícolas, ampliar e difundir conhecimentos acerca da flora e da fauna paulista em geral, melhorar o comércio interno e externo, espalhar saberes que permitissem conhecer a topografia com vistas ao estabelecimento de limites territoriais, à construção de pontes, estradas e canais fluviais, controlar as doenças que dizimavam a população, aprimorar as manufaturas e indústrias nativas, incentivar o consumo de produtos comercializados pela Coroa portuguesa que provinham do reino ou de outras das suas colônias, disseminar hábitos civilizados, descobrir novas fontes de riqueza mineral, etc.

Tal e tantos “esclarecimento” não significavam a contestação da ordem monárquica e nem da Igreja Católica. Por isso, não faltaram, em meio aos impressos de natureza inovadora, alguns que comemoravam as empreitadas portuguesas e multiplicavam a fé na religião católica, reforçando e renovando as tradições e, porque não, certas facetas do obscurantismo.

Pode-se concluir que os impressos que chegavam aos caixotes na capitania estavam vinculados à política mercantilista e fisiocrata que projetava incluir Portugal no rol das nações mais avançadas da Europa. Mas, um olhar mais atento leva a deduzir que essa era uma política que caminhava na “contra mão” de outras nações, como a França, por exemplo. Em Portugal, ela era orquestrada pela monarquia que buscou auxílio na Igreja Católica, subordinando-a a seus princípios, para realizar a tarefa civilizadora. Essa era a cena desenhada em Portugal. Antes mesmo de embarcarem nos navios, quando ainda estavam sendo escritos e publicados esses impressos, já se pode entrever o quanto faziam parte de um iluminismo mitigado, reformista, que combinava facetas do esclarecimento com nuances do obscurantismo. Pode-se dizer que o comércio de impressos representava um lado da moeda, aquele mais esclarecido. No outro lado da mesma moeda estava a faceta mais obscura desse projeto de esclarecimento do reino português e domínios ultramarinos, isto é, a preservação da Censura em Portugal.

Nos primeiros anos de governo, Mendonça demonstrou entusiasmo com o comércio de impressos e a possibilidade de eles contribuírem para o fomento das atividades produtivas. Os primeiros sinais do seu descontentamento com o negócio dos impressos podem ser observados a partir de 1801. Num ofício dirigido à Secretaria de Estado, depois de ser insistentemente cobrado, Mendonça informa que estava impossibilitado de remeter o produto em dinheiro das vendas dos impressos, simplesmente, porque quase todos os que recebera não

tenham sido vendidos. Ele esclarece que a maior parte dos livros que não apareciam na lista dos não vendidos - o que levaria a deduzir que foram efetivamente vendidos – não o foram. O governador os distribuíra gratuitamente. Propõe que, acaso não conseguisse vender os que ainda *estavam em ser*, os livros fossem pagos pelo rendimento da Nova Contribuição Literária. Com isso, futuramente, ou esses impressos seriam vendidos, ou poderiam ser distribuídos de graça ao povo para a sua instrução pública e para tirarem vantagens dos conhecimentos que a Coroa portuguesa propôs quando os mandou imprimir.

Na prestação de contas do governador, há casos em que o número de impressos não vendidos é superior ao número de entrada. Há duas possibilidades: ou Mendonça não registrou todos os livros que recebeu, ou há erros nas anotações do administrador da venda dos livros na capitania de São Paulo. Afirmou-se, antes, que de 1797 a 1802 entraram na capitania 2.752 exemplares (dois mil e setecentos e cinquenta e dois). As informações aqui apresentadas levam a concluir que a quantia foi indubitavelmente superior. Desses impressos, o governador conseguira vender, ou distribuir gratuitamente, 1.378 (mil e trezentos e setenta e oito), restando, ainda, 1.374 (mil e trezentos e setenta e quatro) a serem vendidos. As informações podem ser discutíveis – devido às incorreções da conta corrente do governador - mas, de qualquer forma, não impedem algumas reflexões.

O governador, ao final de sua administração, ainda dispunha de quase a metade dos impressos enviados, sendo que vários deles tinham sido distribuídos gratuitamente. O negócio dos impressos, orquestrado pela Coroa portuguesa no quadro da Política Reformista Ilustrada, fracassara!

Vários podem ter sido os obstáculos ao comércio de impressos na capitania na virada do século XVIII para o XIX.. Mendonça, ao queixar-se acerca da dificuldade de venda daqueles livros e folhetos enviados por Coutinho, fornece algumas pistas sobre as causas desse desinteresse. Muitas vezes, alegava Mendonça, as Memórias transmitiam informações sobre determinados gêneros agrícolas inadequadas às condições climáticas e geográficas da capitania, não despertando, portanto, o interesse dos agricultores. Além disso, reclamava o governador, as Memórias que buscavam animar essa ou aquela cultura quase sempre se fundavam em cálculos e avaliações acerca das condições de comércio diferentes das enfrentadas pelos agricultores da capitania de São Paulo, o que em muito desestimulava a sua aquisição.

Entretanto, para que os agricultores e comerciantes pudessem concluir que os impressos transmitiam informações inadequadas às condições climáticas, geográficas ou comerciais da capitania primeiro era necessário que tivessem acesso a eles, através da compra e da leitura, o que, parece, não era o que ocorria. De fato, o que se percebe é que eles não estavam interessados nas Artes, nas Ciências ou por qualquer manifestação cultural letrada. Esse desinteresse era percebido pelo governador que, num ofício enviado a Coutinho, depois de reclamar da dificuldade de vender os livros remetidos, diz que a falta de compradores é resultado da negligência e descuido da população quanto às Artes e às Ciências. Seu desejo era o de que fossem imprimidas obras elementares, principiando pelas que são necessárias para o uso das Escolas de Primeiras Letras (*Documentos Interessantes...*, vol. 30, p. 37 a 41).

Enquanto os comerciantes e os grandes proprietários de terras não se interessavam pelos impressos porquanto veiculavam informações inadequadas às condições climáticas, geográficas e comerciais, outros segmentos sociais, como os escravos e a “gente comum”, porque presos aos grilhões da sobrevivência, viam-se absolutamente afastados do contato com a cultura letrada: uns porque achavam-se envolvidos com o árduo e rotineiro trabalho braçal da agricultura ou de outras atividades produtivas, outros por serem compulsoriamente submetidos ao recrutamento para a milícia, e, muitos desses, simplesmente pela impossibilidade financeira de adquirir os impressos que tinham preços nada módicos. Aqueles que viviam do trabalho diário com a agricultura – incluindo o escravo – apegavam-se

persistentemente às rotinas produtivas, embaraçando um dos objetivos do negócio dos impressos que era o de substituir as práticas agrícolas rotineiras por uma exploração mais racional das riquezas.

O envolvimento de grande parte da população masculina nas sucessivas campanhas de recrutamento da população para servir nas milícias, necessárias para a defesa das fronteiras da capitania, pode ter cooperado para ampliar a falta de apreço pela leitura em geral, não só a de livros científicos. Os soldados comuns geralmente eram pobres, encontravam-se em péssimas condições e dificilmente recebiam seus soldos, tendo que, além de servir à milícia, envolver-se com outro trabalho, em regra braçal, o que os apartava completamente do mundo das letras. De mais a mais, a gente comum não tinha poder aquisitivo suficiente para transformar-se em consumidora da cultura letrada. Os preços dos impressos eram vultosos para a época, a maior parte deles custava mais de \$101 (cento e um réis).

É possível, também, que a sujeição à cultura jesuítica tenha sido um dos fatores que concorreram para a dificuldade de comercializar os impressos. Apesar dos jesuítas terem sido expulsos em 1759, não há dúvidas que tenham deixado marcas indeléveis na cultura e nos costumes dos habitantes, o que pode, sim, ter colaborado para a falta de gosto por livros com assuntos científicos e pragmáticos no final do século XVIII já que privilegiavam a contemplação, a tradição humanística e a oralidade em detrimento do conhecimento utilitário e da escrita. O comércio de impressos, de curto fôlego, não foi suficiente para romper com essa mentalidade. Foi uma estratégia tímida frente aos três séculos de tradição escolástica. O medo da Censura literária, das excomunhões e da Inquisição deve, do mesmo modo, ter sido uma das causas do irrelevante interesse na aquisição de livros naquele período (Rizzini, s/d, 233).

Enfim, quaisquer que tenham sido os obstáculos ao comércio de impressos, sem dúvida, eles brotaram da própria estrutura cultural, social, política e econômica da sociedade. As inovações seriam amoldadas na medida em que não ferissem o *sistema* monárquico de exploração da colônia, apoiado e justificado pela Igreja Católica. Enfim, a sociedade de corte não era um terreno fértil para as *belas-letras* e para as formas de conhecimento que contrariavam as formas de sociabilidade nela implementadas<sup>3</sup>. A configuração da sociedade de corte e as formas assumidas por ela na capitania de São Paulo, é que criavam obstáculos ao comércio de impressos. A rede de interdependências, as distinções sociais, as estratégias de poder, os privilégios da nobreza (hereditariedade), da riqueza, o prestígio que cada pessoa tinha é que determinavam a posição que ocuparia na sociedade, e não o saber acumulado através do ensino ou das leituras. Para preservar essa sociedade era preciso manter relações, mesmo que instáveis, com a Igreja Católica, cuja maior contribuição era a de justificar o poder divino da monarquia.

Convém indagar qual foi o destino dos impressos que não constavam mais da prestação de contas feita quase no final do governo de Mendonça. Como poderiam ter sido consumidos cerca de metade dos impressos enviados? As fontes analisadas não apresentam respostas diretas a essas perguntas, porém algumas pistas e inferências podem ser seguidas e formuladas, respectivamente. É provável que alguns impressos tenham sido adquiridos como fonte de conhecimento para o exercício profissional, porém, havia na capitania poucos funcionários públicos e raras profissões liberais e, para a maioria desses cargos, o que contava era a ascensão nobre e a riqueza.

No seio das classes mais abastada, os impressos poderiam, igualmente, ser úteis para o recreio, para aprimorar e “elevar” o espírito diletante, ou simplesmente para servirem de ornamentos, pois suas capas grossas e letras douradas enfeitavam e adornavam as ricas estantes (Villalta, 1997, p.372/3). A posse de livros teria a faculdade de revelar sinais de privilégios e distinções alcançadas. Possuí-los era um direito exclusivo de grupos sociais

determinados e seletos. A propriedade e a leitura de livros numa sociedade basicamente iletrada servia como estratégia de poder.

Entre os eclesiásticos e a população em geral, geralmente muito devota, é possível que os impressos, principalmente os de cunho religioso, tenham sido utilizados como forma de estimular o acesso ao sagrado (Villalta, 1997, p.516).

Ao mesmo tempo em que o modo como estava organizada a sociedade na capitania de São Paulo colocava obstáculos à venda dos impressos, igualmente, portava formas de sociabilidade que criavam motivações para o interesse por esses impressos. Mas, todas essas prováveis explicações para o consumo dos impressos vendidos ou distribuídos gratuitamente conduzem a uma certeza: a sua compra e a sua leitura não representaram fraturas ou mesmo ranhuras na estrutura social da capitania. Se alguns poucos foram consumidos, isso ocorreu meramente como forma de reprodução das relações econômicas, sociais, culturais e políticas ali enraizadas. O espírito “inovador” que motivara o comércio, ao defrontar-se com as circunstâncias da capitania paulista, arrefeceu.

Além disso, os impressos que chegaram aos caixotes na capitania não faziam parte de uma proposta de ensino que objetivava estimular o espírito científico entre os colonos. Eles resultavam de pesquisas feitas em Portugal ou de viagens e notícias escritas por estrangeiros e brasileiros acerca do potencial da natureza do Brasil que poderia reverter em benefícios econômicos para Portugal. Foram feitos sob a batuta da Coroa portuguesa na metrópole. Veiculavam conhecimentos de ordem prática, a ciência aplicada à agricultura, à produção de bens manufaturados, etc. Aqui na Colônia, esses conhecimentos deveriam ser apenas aplicados ou conhecidos. Se somarmos isso ao fato de que as Cadeiras criadas a partir do sistema das aulas régias na capitania foram apenas as de Gramática Latina, Grego, Retórica, Filosofia e de Primeiras Letras, isto é, não havia aulas de ciências naturais, somente as de conteúdo humanístico, teremos o seguinte panorama: as reformas do ensino e o comércio de impressos não representaram ruptura na tradição religiosa e humanística da cultura colonial, embora possam ter aumentado acanhadamente o número de leitores.

A estrutura socio-econômica não favorecia a cultura científica. A preservação do trabalho escravo era um dos principais óbices a essas inovações. Prevaleceu, ainda sob a égide da administração joanina na colônia, a tendência de priorizar as utilidades imediatas e a aplicação prática dos conhecimentos científicos.

O comércio dos impressos pode ter contribuído para um aumento do fluxo de informações, quer científicas, quer de uma cultura mais geral, mas as condições sócio econômicas e as formas de sociabilidade radicadas na capitania, que não foram alteradas, acabaram por não gerar condições propícias para que esses impressos fossem consumidos. O comércio de impressos apenas reforçou os laços sociais e de dependência que já estavam consolidados: nada subverteu, nada mudou.

### FONTES IMPRESAS

*Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Volume 93. Ofícios do general Mendonça aos funcionários da capitania 1801-1802. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1980.

**OBS:** por falta de espaço cito, aqui, apenas esse volume da coleção *Documentos Interessantes...*, os demais já foram referenciados no corpo do texto ou nas notas de rodapé.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.) *História da vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVAIS, Fernando A, O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Editora Marco Zero, n. 7, 1984. (p. 105 a 118)

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. 2ª edição. Tradução de Ana Maria Alves. Lisboa: Editorial Estampa: 1995. (Nova História, 19)

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, volume 1.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, volume 2.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822), com um breve estudo geral sobre a informação*. Rio de Janeiro; Livraria Kosmos, s/d.

---

<sup>i</sup> Esse texto foi apresentado originalmente na II Jornada Sul do Histedbr.

<sup>1</sup> O valor representa a soma total dos preços pelos quais deveriam ser vendidos os livros.

<sup>2</sup> Todas as informações sobre os impressos enviados foram extraídas da correspondência recebida ou enviada pelo governador registrada nos seguintes volumes e páginas da coleção *Documentos Interessantes...*: volume 29, página 40; volume 87, páginas 47/8/9, 94/5 e 110 e volume 89, páginas 5, 35/6, 40, 43, 47/8, 51, 63, 112, 131/2, 145/6, 153, 166, 197/8/9, 209, 218/9 e 240/1. Nem todos os impressos apareceram na correspondência com a quantidade e o preço anotados. É preciso advertir, também, que as informações apresentam problemas que complicam, muitas vezes, a identificação dos mesmos.

<sup>3</sup> Segundo Elias: *O aumento e a demanda de livros numa sociedade constitui bom sinal de um avanço pronunciado no processo civilizador, porque sempre são consideráveis a transformação e regulação de paixões necessária tanto para escrevê-los quanto para lê-los. Na sociedade de corte, porém, o livro ainda não desempenha o mesmo papel que na burguesa. Na primeira o convívio social, o mercado de valores de prestígio, formam o centro da existência de cada pessoa. Os livros são usados menos para a leitura no gabinete ou em horas solitárias do ócio, retiradas do horário profissional de cada um, do que como assunto de conversa no convívio social, fazendo parte e dando continuidade à conversação e aos jogos sociais ou, tal como a maioria de memórias que tem a corte como objeto, servindo de substituto à conversa, formando diálogos em que, por uma razão ou outra, falta o interlocutor.* (Elias, 1993, p.229)